

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260603-01/PMP/PA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-0006
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Primavera-Pará, Estado do Pará, através da **PREFEITURA MUNICIPAL**, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação através de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PEÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** e prestação de serviço realizado na forma parcelada, tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de setembro de 2022, Decreto Municipal nº 075, de 26 de outubro de 2022 e suas alterações e legislação pertinente consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos.

Data e Hora da Abertura da Sessão: **01 de abril de 2026, a partir das 11h00min.**

Local (Site): Bolsa Nacional de Compras- <https://bnccompras.com/>.

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

Modo de disputa: **ABERTO.**

Impugnação/Esclarecimentos: **até as 00:00min do dia 27/03/2026.**

1- DO OBJETO

1.1. Constitue como objeto da presente licitação Registro de Preços para eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MELHORIA E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO A EVENTOS MUNICIPAIS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA ZONA RUAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PA**, tendo como base o processo administrativo nº. 20260603-01/GAB/PMP/PA.

1.2. A licitação será dividida em item único, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições estabelecidas no Art. 4º, da Lei 14.133/21.

1.4. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos do mesmo diploma legal.

1.5. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

1.6. Órgão Gerenciador - Órgão ou entidade da Administração Pública, responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços, sendo a **Prefeitura Municipal de Primavera**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

2- DO CREDENCIAMENTO:

2.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral na **bolsa nacional de compras**, que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

2.2. O cadastro deverá ser feito na Bolsa Nacional de Compras, no sítio eletrônico <https://bnccompras.com/>.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Bolsa Nacional de Compras e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

2.5.2. Antes do cadastro das propostas no endereço: <https://bnccompras.com/>, em observância aos dispositivos legais, o fornecedor poderá formular consultas por escrito ou por e-mail no endereço: cpl.primaverapa@gmail.com ou protocolar no setor de licitações da Prefeitura Municipal, informando o número da licitação.

3- DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: <https://bnccompras.com/>.

3.2. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na **bolsa nacional de compras**.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.4.4.1. A não observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento se sujeita às penalidades cabíveis.

3.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.4.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4.7. Que **NÃO** apresente em seu Contrato Social atividade econômica compatível com o objeto ora licitado;

3.4.8. Possua em seu quadro societário servidor ou dirigente vinculado à instituição Contratante, ou com o Poder Legislativo Municipal, ou pessoa que, ainda que não tenha vínculo, seja responsável pela promoção deste pregão; e também com pessoas que mantenham vínculo familiar com o servidor, o dirigente ou a pessoa responsável anteriormente mencionada;

3.4.9. Que possuam sócios, representantes, responsáveis técnicos, parentes até terceiro grau, vinculados a outro concorrente na mesma licitação;

3.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta de preços com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o cadastro das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

4.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

4.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

4.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

4.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

4.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Até o encerramento do prazo para o envio das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.10. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. A Pregoeira poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item;

5.1.2. Marca do item ofertado;

5.1.3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, CONTENDO AS INFORMAÇÕES SIMILARES À ESPECIFICAÇÃO DO PROJETO BÁSICO: INDICANDO, NO QUE FOR APLICÁVEL, O MODELO, PRAZO DE VALIDADE OU DE GARANTIA, QUANDO FOR O CASO;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação, em atendimento ao item II do art. 82 da lei 14.1333/2021.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, **contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no projeto básico**, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00 (dez reais)**.

6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, em atendimento ao parágrafo III, do art. 82 da lei 14.133/2021.

6.22. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

6.29.1. Produzidos no país;

6.29.2. Produzidos por empresas brasileiras;

6.29.3. Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.29.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.32. O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado, na sessão, pelo Agente de Contratação.

6.33. Encerrada a fase de lances e a fase de negociação, conforme o caso, o Agente de Contratação convocará o licitante que ofertou o menor preço para enviar a proposta de preço final e os documentos de habilitação, nos termos deste edital.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. O licitante que ofertou o menor preço deverá enviar, via sistema, através de campo próprio na Bolsa Nacional de Compras, no prazo de até 02 (duas) horas, contado da data da convocação, os seguintes documentos:

- a) Proposta de preço final, conforme solicitado no item 8 deste edital.
- b) Documentos de habilitação, conforme solicitado no item 9 deste edital.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. A proposta de preço final do licitante que apresentou o menor preço deverá ser redigida em linguagem clara, perfeitamente legível, identificada e assinada pelo representante legal do licitante, enviada em campo próprio do Bolsa Nacional de Compras, em formato PDF e conter, ainda:

8.1.1. Prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo não seja explícito na proposta, subentender-se-á o prazo aqui definido;

8.1.2. Descrição do item;

8.1.3. Preço global da proposta (soma dos preços totais dos itens constants da planilha), em numeral e por extenso.

8.1.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, considerando as condições deste edital e seus anexos.

8.1.5. A proposta de preço final deverá estar adequada ao valor último lance ofertado (em caso de disputa de lances) ou adequada ao valor apresentado pelo licitante na fase de negociação (quando houver).

8.2. O agente de contratação poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas;

8.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1. O licitante deverá enviar, por meio de campo próprio da Bolsa Nacional de Compras, em formato PDF, perfeitamente legíveis, os documentos relacionados nos subitens 9.12, 9.13, 9.14, 9.15 e 9.16 para fins de habilitação.

9.1.2. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.2. O licitante que no ato do cadastro da proposta assinalou declaração que cumpre o requisitos do edital e que ao final da fase de negociação tenha sido classificado em primeiro lugar, e a pós solicitação do Pregoeiro para anexar a documentação de habilitação não o faça, o mesmo enseja na aplicação das infrações/sansões prevista neste edital.

9.3. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

9.4. Os documentos de habilitação deverão ter data e hora de emissão anterior a data e hora de abertura das propostas.

9.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame o a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos na Bolsa Nacional de Compras, e ainda nos seguintes cadastros:

9.5.1. Bolsa Nacional de Compras;

9.5.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (www.portaltransparencia.gov.br/cnep);

d) Cadastro de licitantes inidôneo: (<http://portal.tcu.gov.br/responsabilizaçao publica/licitantes-inidoneos>);

e) Consultas de Pessoas Inidôneas (<http://www.tce.rn.gov.br/PessoasInidoneas/index>).

9.5.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.5.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.5.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio da **Bolsa Nacional de Compras**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.6.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes da **Bolsa Nacional de Compras**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme Decreto Federal nº 11.462/2023.

9.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (UMA) HORA, sob pena de inabilitação.

9.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

9.12. Habilitação jurídica:

9.12.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.12.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

9.12.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.12.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.12.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.12.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.12.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.12.8. Deve acompanhar os aditivos ao documento constitutivo realizados pela empresa ou da consolidação respectiva.

9.12.9. Cédula de identidade do(s) sócio(s) da empresa licitante,

9.13. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.13.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.13.2. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.13.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13.4. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

9.13.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade objeto da licitação;

9.13.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.13.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.13.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.14. Qualificação Econômico-Financeira:

9.14.1. **Certidão negativa de falência, ou liquidação judicial**, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação.

9.14.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, juntamente com as Demonstrações Contábeis: DRE, Índices Financeiros, Notas explicativas, DMPL e DFC, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.14.3. Certidão de Habilitação Profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), certificando que o(a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

9.14.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), igual ou superiores a 1 (um) e Grau de Endividamento, igual ou inferior a 1,00 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{array}{l} \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \\ \\ \text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo total}} \end{array}$$

9.14.5. Serão aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável por esta, assim apresentados:

- 1) publicados em Diário Oficial ou;
- 2) publicados em jornal de grande circulação ou;
- 3) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
- 4) por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, na forma do art. 6º da IN n.º 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 11 de agosto de 1997, acompanhada, obrigatoriamente, dos termos de abertura de encerramento. Quando forem apresentado o original do Diário fica dispensada a inclusão, na documentação, dos termos de abertura e de encerramento do livro em questão ou;
- 5) comprovação por meio de recibo de entrega emitido pelo Sistema Pública de Escrituração Digital-SPED, conforme Decreto nº 8.683, de 25/02/2016.

9.14.6. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.14.7. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.14.8. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.14.9. Em caso de Microempreendedor Individual com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado pequeno empresário, pelo qual faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil.

9.14.10. A licitante deverá fornecer comprovante de Garantia de Proposta de 1% (um por cento) do valor estimado do presente certame, a fim de proteger a Prefeitura contra atos ou omissões das licitantes, que poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021

9.15. Qualificação Técnica

9.15.1. Comprovação de aptidão em características compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado com assinatura de um representante do órgão público ou representante legal da empresa privada, que comprove o fornecimento dos itens indicado no Termo de Referência.

9.15.2. CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DO CREA/CAU da Licitante e de seu(s) responsável (eis) técnico(s), de sua respectiva Região, com validade à data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais, no caso de licitantes domiciliados em outros Estados, o Certificado de Registro emitido pelo CREA/CAU da respectiva Região de origem deverá conter o visto do CREA/CAU-PA, constando nesta certidão como responsável técnico o Engenheiro Eletricista.

9.15.3. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, como responsável técnico, no mínimo, um Engenheiro Eletricista, devidamente registrado no CREA;

9.15.3.1. A comprovação do vínculo poderá ser feita através de:

I) Quando se tratar de funcionário, cópia da Carteira Profissional de Trabalho ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE).

II) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, cópia do ato constitutivo da mesma.

III) Quando se tratar de autônomo, cópia do contrato de prestação de serviços, com as assinaturas devidamente reconhecidas em cartório.

9.15.3. Registro do profissional responsável técnico da empresa licitante, engenheiro(s) eletricitista(s), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA do Estado da Sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física.

9.16. Outros Documentos:

9.16.1. Declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação de que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na presente licitação;

9.16.2. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.16.3. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores;

9.16.4. Declaração de fidelidade e veracidade dos documentos apresentados;

9.16.5. Declaração da proponente de que os pneus/camaras/aros ofertados são de primeira qualidade e que atendem o prazo mínimo de garantia exigidos no descritivo de cada item.

9.16.6. Declaração da proponente de que os pneus/camaras/aros ofertados estão registrados e atendem às regulamentações e especificações do INMETRO, ABNT e ANVISA, bem como estão adequados às exigências dos demais órgãos e agências reguladoras no que couber ao objeto.

9.16.7. Declaração de reserva de cargos em atendimento ao art. 116, da lei federal nº 14.133/2021;

9.16.8. Declaração de conformidade em acessibilidade;

9.16.9. Declaração de proposta econômica íntegra custos para atendimento de direitos trabalhistas;

9.16.10. Declaração ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.16.11. Declaração formal de disponibilidade de máquinas e equipamentos, sob as penas da Lei, que os equipamentos atendem o mínimo exigido, com a apresentação de relação nominal, individualizando modelo, marca, ano de fabricação, capacidade, se

próprio ou alugado, contendo a indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

9.16.12. Declaração de conhecimento dos locais de abrangência dos serviços, assinado pelo responsável técnico da empresa licitante, de que o mesmo tomou conhecimento de todos os serviços a serem realizados e de que conhece a área de abrangência dos mesmos, isentando o Município de qualquer responsabilidade por eventuais erros na composição da proposta de preços ou pela falta de informações, sendo este motivo não reconhecido para solicitação futura de reequilíbrio contratual em caso de contratação.

9.16.13. Declaração que cumpre as normas do destino ambiental correto, com tratamento de resíduos, das lâmpadas retiradas do sistema de iluminação, nas condições ambientais vigentes com a Política Nacional de Resíduos (Lei n.º 12.305/2010) e nas condições do PROCEL da Eletrobrás que irá realizar o destino final de acordo com a legislação.

9.17. Das disposições geral para habilitação:

9.17.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

a) Não será(ão) aceito(s) atestado(s) emitido(s) pelo licitante em seu próprio nome, nem os que se refiram a períodos de teste, demonstrações ou utilização não comercial, e nenhum outro que não tenha se originado de contratação.

9.18.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.18.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.18.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18.5 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18.10 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18.11. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.12. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.18.13 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.1.1. Nos casos em que o objeto licitado envolver planilha de composição de custos, a licitante convocada deverá encaminhar a **proposta reajustada acompanhada da respectiva planilha**, obrigatoriamente nos formatos **PDF e editável (Excel)**, sob pena de desclassificação, conforme as exigências deste edital.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. O prazo estabelecido no subitem 9.1, poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros;

10.4.2. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS:

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

11.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.5. As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

11.5.1. Em campo próprio do sistema eletrônico.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.9. recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: <https://bnccompras.com/>, podendo ser solicitado através do e-mail: cpl.primaverapa@gmail.com.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do Bolsa Nacional de Compras, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

13.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

13.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, conforme Estudo Técnico Preliminar, anexo do edital.

15. GESTOR DO CONTRATO:

15.1. O gestor do contrato será designado através da Portaria.

15.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice

definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.9. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.10. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

16.1. As obrigações do Contratante e da Contratada estão estipuladas na cláusula nona da Minuta de Contrato (Anexo III).

17. DO PAGAMENTO

17.1. As obrigações do Contratante e da Contratada estão estipuladas na cláusula décima primeira da Minuta de Contrato (Anexo III).

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. As obrigações do Contratante e da Contratada estão estipuladas na cláusula décima sexta da Minuta de Contrato (Anexo III).

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

19.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

19.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva, conforme prevê o parágrafo VII do art. 82 da lei 14.133/2021.

19.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

20. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema <https://bnccompras.com/>.

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Bolsa Nacional de Compras no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://bnccompras.com/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

20.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores

alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

20.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: <https://bnccompras.com/>, no site oficial da prefeitura municipal: <https://www.primavera.pa.gov.br/licitacaolista.php?>, solicitado através do e-mail: cpl.primaverapa@gmail.com.



21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.12.1. ANEXO I – Projeto Básico;

21.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

21.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;

22. DO FORO

22.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro da Comarca de Primavera/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Primavera- Pa, em 13 de março de 2026.

Bianca Caroline Costa Lobato
Pregoeira Municipal
Decreto nº 001/2026/PMP/PA



ANEXO I

PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EFICIENTIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PA.

Município de Primavera/PA

Responsável Técnico:
Maycon Leonan da Silva Matos
Engenheiro Civil – CREA/PA nº 1518018386

1. APRESENTAÇÃO

- J Identificação do objeto
 - J Fundamentação legal (Lei nº 14.133/2021)
 - J Vinculação ao ETP
 - J Caracterização como Projeto Básico
-

2. OBJETO

Descrição clara e objetiva:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e efficientização ampliação do sistema de iluminação pública, **com fornecimento exclusivo de mão de obra e operação de equipamentos.**

3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

- J Importância da iluminação pública
 - J Situação atual do sistema
 - J Necessidade da contratação
 - J Riscos da não contratação
-

4. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

- J Zona urbana e rural
 - J Características do município
 - J Extensão do sistema
-

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Detalhar:

- J Manutenção preventiva
- J Manutenção corretiva
- J Apoio à ampliação
- J Operação com guindauto
- J Atendimento contínuo

sem fornecimento de materiais

6. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

- Forma de atendimento das demandas
 - Rotinas operacionais
 - Atendimento emergencial
 - Controle de ordens de serviço
 - Logística de deslocamento
-

7. EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

Definir:

- Eletricistas
 - Auxiliares
 - Operador de munck
 - Quantidade mínima
 - Qualificações (NR-10, NR-35)
-

8. EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

- Guindauto (munck)
 - Veículos de apoio
 - Ferramental técnico
-

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 360 dias
 - Execução contínua
 - Possibilidade de prorrogação
-

10. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

- Custos de mão de obra
 - Custos de operação de equipamentos
 - Encargos sociais
 - BDI
-

11. MEMÓRIA DE CÁLCULO

- Base SINAPI e SEDOP
- Composição de custos
- Critérios utilizados

12. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- Distribuição mensal (12 parcelas)
- Percentuais de execução

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição por serviços executados
- ou
- Medição por equipe/horas
- Periodicidade (mensal)

14. PADRÕES DE QUALIDADE

- Execução conforme normas técnicas
- Boas práticas de engenharia
- Segurança do trabalho

15. FISCALIZAÇÃO

- Responsabilidade da Prefeitura
- Acompanhamento técnico
- Relatórios

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Disponibilizar equipe
- Cumprir normas técnicas
- Garantir continuidade dos serviços
- Responsabilidade por segurança

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Fiscalizar
- Fornecer materiais (se for o caso, em processo separado)
- Efetuar pagamentos

18. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

- SINAPI



) SEDOP

19. IMPACTOS AMBIENTAIS

-) Baixo impacto
 -) Boas práticas operacionais
 -) Destinação adequada de resíduos
-

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

-) Viabilidade técnica
 -) Adequação ao interesse público
 -) Pronto para licitação
-

21. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Maycon Leonan da Silva Matos
Engenheiro Civil
CREA/PA nº 1518018386

ANEXOS

-) Memorial Descritivo
-) Planilha orçamentária
-) Cronograma
-) Composições de custos
-) Curvas ABC
-) Composições BDI

Primavera/PA, 23 de fevereiro de 2026.

MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
Engenheiro Civil
CREA/PA nº 1518018386



MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EFICIENTIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ABRANGENDO AS ZONAS URBANA E RURAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA/PA.

Primavera – PA, 2026.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. OBJETIVO DO DOCUMENTO
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
4. REFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS
5. ESCOPO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS PREVISTOS
6. DESCRIÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS
 - 6.1 Luminárias de LED para Iluminação Pública
 - 6.2 Luminária Aberta para Lâmpada de Vapor Metálico ou Mista com Braço Integrado
 - 6.3 Braços Retos para Luminárias Públicas
 - 6.4 Relés Fotoelétricos
 - 6.5 Cabos Elétricos
 - 6.6 Conectores Elétricos para Cabos Multiplex
 - 6.7 Postes de Concreto Armado
 - 6.8 Hastes de Aterramento
 - 6.9 Soquetes Elétricos
 - 6.10 Fita Isolante Adesiva Antichama
 - 6.11 Materiais para Execução de Base de Concreto Ciclópico
 - 6.12 Equipamentos de Apoio Operacional – Guindauto Hidráulico
 - 6.13 Mão de Obra Especializada
7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
8. PADRÕES DE QUALIDADE
9. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS
10. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS FINAIS

1. APRESENTAÇÃO

O presente Memorial Descritivo dos Serviços e Materiais é documento técnico integrante do processo licitatório conduzido pela Prefeitura Municipal de Primavera, Estado do Pará, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e efficientização do sistema de iluminação pública municipal, abrangendo as zonas urbana e rural do Município de Primavera/PA.

Este documento foi elaborado pelo Setor de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura com fundamento nas planilhas orçamentárias elaboradas pelo Engenheiro Civil Maycon Leonan da Silva Matos, portador do registro profissional CREA/PA nº 1518018386, as quais adotam como bases de preços o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, referência de janeiro de 2026 para o Estado do Pará, e a tabela de preços da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará – SEDOP, referência de outubro de 2025.

O memorial tem por finalidade apresentar, de forma organizada e tecnicamente fundamentada, a descrição de cada serviço previsto nas planilhas orçamentárias, contextualizando a função de cada elemento no sistema de iluminação pública, de modo a subsidiar o julgamento das propostas e garantir a transparência do processo licitatório.

2. OBJETIVO DO DOCUMENTO

Este memorial tem os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a função e a aplicação operacional de cada serviço previstos nas planilhas orçamentárias, de modo a assegurar o entendimento técnico do objeto licitado;
- Contextualizar a importância de cada elemento para o funcionamento adequado do sistema de iluminação pública municipal;
- Fornecer embasamento técnico para a análise e o julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes;
- Subsidiar a elaboração dos termos contratuais e a definição dos critérios de aceitação dos serviços executados;
- Assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A iluminação pública constitui serviço de interesse local cuja titularidade é atribuída ao Município, nos termos do artigo 30, inciso V, da Constituição Federal de 1988. Trata-se de

serviço essencial para a segurança viária e pessoal, para a mobilidade urbana, para o desenvolvimento das atividades econômicas noturnas e para a qualidade de vida da população residente nas áreas atendidas.

O sistema de iluminação pública do Município de Primavera/PA abrange as zonas urbana e rural, compreendendo pontos de iluminação distribuídos ao longo de vias públicas, praças, travessas e logradouros. A diversidade do território impõe a necessidade de serviços regulares e abrangentes de manutenção, indispensáveis para garantir a continuidade da prestação do serviço à população.

A efficientização do parque de iluminação, por meio da substituição de tecnologias convencionais por sistemas baseados em diodos emissores de luz – LED, além de reduzir o consumo energético e os custos operacionais, prolonga a vida útil das instalações e reduz a frequência de intervenções corretivas, em conformidade com as diretrizes nacionais de eficiência energética.

4. REFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS

O orçamento-base do processo licitatório foi elaborado com os seguintes parâmetros:

| | |
|-----------------------------|---|
| Objeto | Serviços contínuos de manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública municipal – zonas urbana e rural |
| Total sem BDI | R\$ 1.373.909,70 |
| BDI adotado | 24,01% (sem desoneração, cálculo conforme Acórdão TCU) |
| Valor do BDI | R\$ 329.803,50 |
| Total Geral (c/ BDI) | R\$ 1.703.713,20 |
| Prazo de execução | 360 dias corridos (12 parcelas mensais) |
| Banco de preços | SINAPI – janeiro/2026 (Pará) e SEDOP – outubro/2025 (Pará) |
| Encargos sociais | Não desonerado: Horista 118,23% / Mensalista 71,76% |
| Responsável técnico | Maycon Leonan da Silva Matos – Engenheiro Civil – CREA/PA 1518018386 |

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS PREVISTOS

O quadro a seguir apresenta o conjunto de serviços previstos na planilha orçamentária sintética, com os respectivos códigos de banco, unidades de medida, quantitativos e valores unitários com a incidência do BDI de 24,01%.

| Item | Descrição | Banco | Und | Qtd. | V. Unit. c/ BDI (R\$) | Total (R\$) |
|------|-----------|-------|-----|------|--------------------------|-------------|
|------|-----------|-------|-----|------|--------------------------|-------------|

| | | | | | | |
|------|--|---------|-----|-------|--------|------------|
| 1.1 | Instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 98 W até 137 W | Próprio | UN | 1.500 | 95,20 | 142.800,00 |
| 1.2 | Instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 138 W até 180 W | Próprio | UN | 900 | 95,22 | 85.698,00 |
| 1.3 | Instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 33 W até 50 W | Próprio | UN | 1.200 | 95,22 | 114.264,00 |
| 1.4 | Instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 240 W até 350 W | Próprio | UN | 600 | 95,20 | 57.120,00 |
| 1.5 | Instalação ou substituição de luminária aberta para lâmpada de vapor metálico até 400 W e mista até 500 W, com braço de tubo de aço galvanizado 1", comprimento de 1,50 m, para poste de concreto (excl. lâmpada e reator) | Próprio | UN | 600 | 200,44 | 120.264,00 |
| 1.6 | Guindauto hidráulico, cap. 6.200 kg, momento máx. 11,7 tm, alcance máx. 9,70 m, incl. caminhão toco PBT 16.000 kg, 189 cv – CHP diurno (hora produtiva) | SINAPI | CHP | 2.400 | 368,60 | 884.640,00 |
| 1.7 | Guindauto hidráulico, cap. 6.200 kg, momento máx. 11,7 tm, alcance máx. 9,70 m, incl. caminhão toco PBT 16.000 kg, 189 cv – CHI diurno (hora improdutiva) | SINAPI | CHI | 240 | 100,22 | 24.052,80 |
| 1.8 | Instalação ou substituição de cabo multiplex 4 x 16 mm ² | Próprio | m | 180 | 9,80 | 1.764,00 |
| 1.9 | Instalação ou substituição de cabo multiplex 4 x 25 mm ² | Próprio | m | 180 | 9,80 | 1.764,00 |
| 1.10 | Instalação ou substituição de cabo triplex de alumínio 16 mm ² | Próprio | m | 180 | 9,80 | 1.764,00 |
| 1.11 | Instalação ou substituição de cabo triplex de alumínio 22 mm ² | Próprio | m | 180 | 9,80 | 1.764,00 |
| 1.12 | Instalação ou substituição de braço reto para luminária pública – ferro galvanizado, 1,50 m | Próprio | UN | 600 | 28,38 | 17.028,00 |
| 1.13 | Instalação ou substituição de conector em alumínio para cabo multiplex 3#1#16 mm ² | Próprio | UN | 1.200 | 1,24 | 1.488,00 |
| 1.14 | Instalação ou substituição de soquete base E27 | Próprio | UN | 600 | 2,82 | 1.692,00 |
| 1.15 | Instalação ou substituição de soquete base E40 | Próprio | UN | 600 | 2,82 | 1.692,00 |
| 1.16 | Instalação ou substituição de poste de concreto duplo T, 300 daN, h = 9 m (incl. base em concreto ciclópico) | Próprio | UN | 30 | 748,38 | 22.451,40 |



| | | | | | | |
|------|--|---------|----|-------|--------|------------|
| 1.17 | Instalação ou substituição de relé fotoelétrico | Próprio | UN | 1.800 | 113,54 | 204.372,00 |
| 1.18 | Instalação ou substituição de haste de aço cobreada 5/8" x 2,40 m com conector | Próprio | UN | 300 | 63,65 | 19.095,00 |

| | |
|------------------------------|------------------|
| Total sem BDI | R\$ 1.373.909,70 |
| Total do BDI (24,01%) | R\$ 329.803,50 |
| Total Geral | R\$ 1.703.713,20 |

6. DESCRIÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

6.1 Luminárias de LED para Iluminação Pública (itens 1.1 a 1.4)

As luminárias de LED compõem o principal elemento do sistema de iluminação pública, sendo responsáveis pela conversão da energia elétrica em fluxo luminoso eficiente e dirigido sobre as vias e logradouros públicos. A tecnologia LED oferece eficiência energética superior, maior vida útil e menor necessidade de manutenção corretiva em comparação com as tecnologias de vapor de mercúrio, vapor de sódio de alta pressão e vapor metálico.

As luminárias estão distribuídas em quatro faixas de potência, definidas conforme a hierarquia viária e as necessidades lumínicas de cada trecho da rede municipal:

- Item 1.1 – Luminária de LED de 98 W a 137 W (1.500 unidades, cod. 200, banco Próprio): Destinada à iluminação de vias coletoras e arteriais de médio porte, atendendo a fluxos veiculares e de pedestres de intensidade intermediária. Custo unitário sem BDI: R\$ 76,77; com BDI: R\$ 95,20. Total do item: R\$ 142.800,00.
- Item 1.2 – Luminária de LED de 138 W a 180 W (900 unidades, cod. 201, banco Próprio): Indicada para vias de maior porte, cruzamentos e áreas de maior movimentação, onde se exigem níveis lumínicos mais elevados. Custo unitário sem BDI: R\$ 76,79; com BDI: R\$ 95,22. Total do item: R\$ 85.698,00.
- Item 1.3 – Luminária de LED de 33 W a 50 W (1.200 unidades, cod. 202, banco Próprio): Adequada para a iluminação de vias locais, travessas e ruas de baixo fluxo de trânsito, priorizando a eficiência energética. Custo unitário sem BDI: R\$ 76,79; com BDI: R\$ 95,22. Total do item: R\$ 114.264,00.
- Item 1.4 – Luminária de LED de 240 W a 350 W (600 unidades, cod. 203, banco Próprio): Indicada para avenidas de grande porte e áreas que demandam iluminação intensa, como terminais e áreas de segurança. Custo unitário sem BDI: R\$ 76,77; com BDI: R\$ 95,20. Total do item: R\$ 57.120,00.

Em todos os quatro itens, a composição unitária de serviço (conforme orçamento analítico) contempla: eletricista com encargos complementares (0,2064 h/un), auxiliar de eletricista com

encargos complementares (0,2064 h/un), guindauto hidráulico em horas produtivas e improdutivas e fita isolante adesiva antichama (0,014 rolo/un), como insumo auxiliar de consumo.

O total combinado dos quatro itens de luminárias de LED é de 4.200 unidades e R\$ 399.882,00.

6.2 Luminária Aberta para Lâmpada de Vapor Metálico ou Mista com Braço Integrado (item 1.5)

Este serviço (cod. 204, banco Próprio) prevê a instalação ou a substituição de 600 unidades de luminária do tipo aberta, projetada para receber lâmpadas de vapor metálico com potência de até 400 W ou lâmpadas mistas com potência de até 500 W. O fornecimento inclui o braço de tubo de aço galvanizado de diâmetro 1" (25,4 mm) e comprimento de 1,50 m, para fixação em poste de concreto.

A descrição do item explicita que a lâmpada e o reator estão excluídos do fornecimento. O custo unitário sem BDI é de R\$ 161,64; com BDI, R\$ 200,44, totalizando R\$ 120.264,00 para as 600 unidades.

A composição unitária prevista no orçamento analítico contempla: eletricitista com encargos complementares (1,4837 h/un), auxiliar de eletricitista com encargos complementares (1,4837 h/un), guindauto hidráulico em horas produtivas (0,2388 CHP/un) e fita isolante adesiva antichama (0,014 rolo/un). A produtividade significativamente menor neste item (1,4837 h versus 0,2064 h dos itens de LED) decorre da maior complexidade de montagem do conjunto luminária-braço em relação à simples substituição de luminárias.

Nota: o braço de tubo de aço galvanizado já está incluso neste item. O item 1.12 é independente e trata da substituição de braços retos em pontos onde apenas o braço necessita de reposição, sem troca do conjunto luminária.

6.3 Braços Retos para Luminárias Públicas (item 1.12)

O item 1.12 (cod. 209, banco Próprio) prevê a instalação ou a substituição de 600 braços retos de ferro galvanizado com comprimento de 1,50 m, destinados à fixação de luminárias em postes de concreto. Custo unitário sem BDI: R\$ 22,89; com BDI: R\$ 28,38. Total: R\$ 17.028,00.

Os braços retos posicionam as luminárias lateralmente ao poste, garantindo o afastamento necessário para a distribuição adequada do fluxo luminoso sobre a pista de rolamento. A galvanização a quente confere resistência à corrosão, característica essencial para elementos instalados em ambiente externo na região amazônica, sujeitos a alta umidade e precipitação pluviométrica intensa.

A composição prevista contempla eletricista com encargos complementares (0,50 h/un) e auxiliar de eletricista com encargos complementares (0,25 h/un), totalizando 0,75 hora de equipe por braço instalado ou substituído.

6.4 Relés Fotoelétricos (item 1.17)

O item 1.17 (cod. 214, banco Próprio) prevê a instalação ou a substituição de 1.800 relés fotoelétricos, sendo o segundo maior item em valor financeiro do orçamento, com total de R\$ 204.372,00 (custo unitário sem BDI: R\$ 91,56; com BDI: R\$ 113,54).

O relé fotoelétrico, também denominado fotocélula ou relé fotocel, é o dispositivo de controle automático responsável pelo acionamento e pelo desligamento das luminárias em função da luminosidade do ambiente. Ao detectar nível de iluminação natural abaixo do limiar de comutação, o relé fecha o circuito elétrico e aciona as luminárias; ao detectar o aumento da luminosidade natural, promove o desligamento. Relés com defeito ou descalibrados resultam em funcionamento irregular das luminárias, com acionamento indevido durante o dia ou ausência de iluminação durante a noite.

A composição prevista no orçamento analítico contempla equipe de eletricista com encargos complementares (2,0 h/un) e auxiliar de eletricista com encargos complementares (1,0 h/un), totalizando 3,0 horas de equipe por relé instalado ou substituído, produtividade compatível com o deslocamento até o ponto, subida ao poste com equipamento adequado, remoção do relé antigo, instalação do novo e verificação do funcionamento.

6.5 Cabos Elétricos (itens 1.8 a 1.11)

Os cabos elétricos conduzem a energia elétrica ao longo da rede de distribuição de iluminação pública. O escopo contempla quatro tipos, sendo que todos possuem idêntico custo unitário (R\$ 7,91 sem BDI; R\$ 9,80 com BDI) e igual quantitativo (180 m cada):

- Item 1.8 – Cabo multiplex 4 x 16 mm² (cod. 205, banco Próprio): composto por quatro condutores torcidos entre si, sendo três condutores de fase e um neutro portante, com seção de 16 mm². Total: R\$ 1.764,00.
- Item 1.9 – Cabo multiplex 4 x 25 mm² (cod. 206, banco Próprio): configuração análoga, com seção de 25 mm², indicado para trechos de maior extensão ou maior demanda elétrica. Total: R\$ 1.764,00.
- Item 1.10 – Cabo triplex de alumínio 16 mm² (cod. 207, banco Próprio): composto por três condutores torcidos, para configurações tripolares específicas da rede. Total: R\$ 1.764,00.
- Item 1.11 – Cabo triplex de alumínio 22 mm² (cod. 208, banco Próprio): análogo ao anterior, com seção de 22 mm². Total: R\$ 1.764,00.

A composição unitária dos quatro itens de cabo é idêntica: eletricista com encargos complementares (0,20 h/m) e auxiliar de eletricista com encargos complementares (0,05 h/m), além de fita isolante adesiva antichama (0,014 rolo/m) como insumo de consumo. O total consolidado dos itens de cabos é de 720 metros e R\$ 7.056,00.

6.6 Conectores Elétricos para Cabos Multiplex (item 1.13)

O item 1.13 (cod. 210, banco Próprio) prevê a instalação ou a substituição de 1.200 conectores em alumínio para cabos multiplex do tipo 3#1#16 mm². Custo unitário sem BDI: R\$ 1,00; com BDI: R\$ 1,24. Total: R\$ 1.488,00.

Os conectores são dispositivos de emenda e derivação que unem o cabo da rede ao ramal que alimenta cada ponto de iluminação. A qualidade do conector é crítica para a segurança elétrica da rede: conexões deficientes geram pontos de resistência elevada, aquecimento localizado e risco de arco elétrico. A composição prevista contempla: eletricista com encargos complementares (0,030 h/un) e auxiliar de eletricista (0,0015 h/un).

6.7 Postes de Concreto Armado (item 1.16)

O item 1.16 (cod. 213, banco Próprio) prevê a instalação ou a substituição de 30 postes de concreto do tipo duplo T, com carga nominal de 300 daN e altura de 9,0 m, incluindo a execução de base em concreto ciclópico. Custo unitário sem BDI: R\$ 603,49; com BDI: R\$ 748,38. Total: R\$ 22.451,40.

Os postes constituem a estrutura de suporte da rede de iluminação pública, sustentando os braços, as luminárias e os cabos de distribuição. A base em concreto ciclópico garante a estabilidade estrutural frente aos esforços de vento, peso próprio e cargas horizontais.

A composição analítica do item contempla os seguintes elementos:

- Mão de obra: pedreiro com encargos complementares (2,0 h/un), ajudante de pedreiro com encargos complementares (2,125 h/un, consideradas ambas as subcategorias da composição);
- Serviço auxiliar de retirada de entulho manualmente, incluindo caixa coletora (0,16 m³/un);
- Fundação corrida com seixo (0,125 m³/un);
- Caminhão com munck – SEDOP (cód. M00007): 1,0 h/un, a R\$ 418,53/h, necessário para o transporte e o posicionamento do poste na fundação.

6.8 Hastes de Aterramento (item 1.18)

O item 1.18 (cod. 215, banco Próprio) prevê a instalação ou a substituição de 300 hastes de aço cobreado com dimensões 5/8" de diâmetro por 2,40 m de comprimento, acompanhadas de

conector incluso. Custo unitário sem BDI: R\$ 51,33; com BDI: R\$ 63,65. Total: R\$ 19.095,00.

As hastes de aterramento conduzem ao solo as correntes de falta e as surgidas por descargas atmosféricas, protegendo tanto os equipamentos elétricos quanto as pessoas em contato com as estruturas metálicas do sistema. O recobrimento de cobre garante condutividade elétrica adequada e resistência à corrosão no solo.

A composição prevista contempla: eletricista com encargos complementares (0,60 h/un) e auxiliar de eletricista com encargos complementares (1,20 h/un).

6.9 Soquetes Elétricos (itens 1.14 e 1.15)

Os soquetes elétricos são elementos de fixação mecânica e conexão elétrica das lâmpadas às luminárias. O escopo prevê dois tipos, com idêntico custo unitário:

- Item 1.14 – Soquete base E27 (cod. 211, banco Próprio): 600 unidades, com rosca Edison de 27 mm de diâmetro, utilizado em luminárias de menor porte. Custo unitário sem BDI: R\$ 2,28; com BDI: R\$ 2,82. Total: R\$ 1.692,00.
- Item 1.15 – Soquete base E40 (cod. 212, banco Próprio): 600 unidades, com rosca Edison de 40 mm de diâmetro, destinado a luminárias de maior potência, como as de vapor metálico e mistas. Custo unitário sem BDI: R\$ 2,28; com BDI: R\$ 2,82. Total: R\$ 1.692,00.

A composição prevista é idêntica para os dois tipos: eletricista com encargos complementares (0,05 h/un) e auxiliar de eletricista com encargos complementares (0,025 h/un). A substituição de soquetes é atividade recorrente na manutenção corretiva, pois a oxidação dos contatos e a degradação mecânica causam falhas no acionamento.

6.10 Fita Isolante Adesiva Antichama (insumo auxiliar)

A fita isolante adesiva antichama, de uso até 750 V, em rolo de 19 mm por 5 m (SINAPI cód. 00021127), é insumo de consumo previsto em todas as composições de serviços elétricos: instalação de luminárias LED (itens 1.1 a 1.4), luminária aberta (item 1.5) e cabos elétricos (itens 1.8 a 1.11). O coeficiente de consumo é de 0,014 rolo por unidade de serviço. O quantitativo total previsto na Curva ABC de Insumos é de 77,28 rolos, com custo unitário de R\$ 8,43, totalizando R\$ 651,47.

A fita isolante antichama é empregada no acabamento e na proteção de emendas e terminais elétricos, impedindo a propagação de chamas em caso de aquecimento ou curto-circuito.

6.11 Materiais para Execução de Base de Concreto Ciclópico (insumos do item 1.16)

A instalação de postes de concreto (item 1.16) exige a execução de base em concreto ciclópico e a retirada do entulho resultante. As composições analíticas registram os seguintes materiais como insumos desse serviço, identificados na Curva ABC de Insumos:

- Cimento (SEDOP, cód. J00003): 22,5 sacos, a R\$ 63,40/sc, totalizando R\$ 1.426,50 no orçamento;
- Seixo lavado (SEDOP, cód. J00007): 3,15 m³, a R\$ 256,78/m³, totalizando R\$ 808,86;
- Areia (SEDOP, cód. J00005): 3,30 m³, a R\$ 108,43/m³, totalizando R\$ 357,82;
- Caixa coletora para retirada de entulho (SEDOP, cód. D00453): 4,80 m³, a R\$ 102,92/m³, totalizando R\$ 494,02.

Esses materiais são necessários para a execução da fundação ciclópica que assegura a estabilidade do poste após sua ereção.

6.12 Equipamentos de Apoio Operacional – Guindauto Hidráulico (itens 1.6 e 1.7)

O guindauto hidráulico – denominado caminhão munck – é equipamento de apoio operacional essencial para a execução de todos os serviços que envolvem acesso a pontos de instalação em altura. O equipamento previsto no orçamento tem as seguintes características: capacidade máxima de carga de 6.200 kg, momento máximo de 11,7 tm, alcance máximo horizontal de 9,70 m, montado sobre caminhão toco com peso bruto total de 16.000 kg e potência de 189 cv.

O guindauto é orçado em duas modalidades:

- Item 1.6 – Hora produtiva – CHP diurno (SINAPI cód. 5928): 2.400 horas. A hora produtiva corresponde à hora em que o equipamento está efetivamente em operação na execução dos serviços. Custo unitário sem BDI: R\$ 297,24; com BDI: R\$ 368,60. Total: R\$ 884.640,00. Este é o item de maior peso no orçamento, representando 51,92% do valor total.
- Item 1.7 – Hora improdutiva – CHI diurno (SINAPI cód. 5930): 240 horas. A hora improdutiva corresponde à hora em que o equipamento está mobilizado e disponibilizado, mas não está em operação ativa (deslocamentos, aguardo entre serviços, operações de logística). Custo unitário sem BDI: R\$ 80,82; com BDI: R\$ 100,22. Total: R\$ 24.052,80.

A composição da hora produtiva (CHP) do guindauto, conforme orçamento analítico (SINAPI cód. 5928, AF 06/2014), é formada pelos seguintes componentes:

- Motorista operador de munck com encargos complementares: R\$ 36,77/h;
- Depreciação do equipamento: R\$ 29,00/h;
- Juros sobre o capital do equipamento: R\$ 10,72/h;
- Manutenção do equipamento: R\$ 49,39/h;

- Impostos e seguros: R\$ 4,33/h;
- Materiais na operação – principalmente combustível diesel: R\$ 167,03/h.

O combustível diesel é o principal insumo de consumo do orçamento, registrado na Curva ABC de Insumos (SINAPI cód. 00004221) com volume total de 89.602 litros e custo de R\$ 701.583,89, correspondente a 41,18% do total sem BDI. Esse volume reflete a operação contínua do equipamento ao longo dos 360 dias do contrato.

Nota: O item 1.16 (postes) utiliza caminhão com munck distinto, de banco SEDOP (cód. M00007), a R\$ 418,53/h, exclusivo para o posicionamento dos postes na fundação, não se confundindo com o guindauto hidráulico dos itens 1.6 e 1.7.

6.13 Mão de Obra Especializada

A Curva ABC de Insumos registra as seguintes categorias de mão de obra previstas no orçamento, em ordem de relevância financeira:

- Motorista operador de caminhão com munck (SINAPI cód. 00004096): 3.910,32 h, a R\$ 33,76/h, totalizando R\$ 132.012,27 (7,75% do total);
- Eletricista (SEDOP, cód. MO243600): 4.489,34 h, a R\$ 27,03/h, totalizando R\$ 121.346,97 (7,12% do total);
- Eletricista horista (SINAPI, cód. 00002436): 1.822,67 h, a R\$ 27,18/h, totalizando R\$ 49.540,31 (2,91% do total);
- Ajudante de eletricista (SEDOP, cód. MO247000): 2.471,01 h, a R\$ 19,87/h, totalizando R\$ 49.098,96 (2,88% do total);
- Ajudante de eletricista horista (SINAPI, cód. 00000247): 1.822,67 h, a R\$ 20,78/h, totalizando R\$ 37.875,19 (2,22% do total);
- Pedreiro (SEDOP, cód. MO475000): 69,01 h, a R\$ 27,03/h, totalizando R\$ 1.865,21;
- Servente (SEDOP, cód. MO611100): 64,87 h, a R\$ 19,87/h, totalizando R\$ 1.288,99;
- Ajudante de pedreiro (SEDOP, cód. MO612700): 64,74 h, a R\$ 19,87/h, totalizando R\$ 1.286,35.

O total de mão de obra no orçamento é de R\$ 394.314,24, correspondendo a 28,7% do valor sem BDI. Também estão previstos encargos complementares (alimentação, transporte, exames médicos, EPI e ferramentas) no montante de R\$ 88.791,41, conforme registrado na Curva ABC de Insumos.

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro estabelece a distribuição das despesas ao longo do período contratual de 360 dias corridos, conforme planilha de cronograma integrante do processo. Os serviços estão distribuídos em 12 parcelas mensais de execução:

| Período (dias corridos) | Percentual mensal |
|-------------------------|-------------------|
| 30 | 8,33% |
| 60 | 8,33% |
| 90 | 8,33% |
| 120 | 8,33% |
| 150 | 8,33% |
| 180 | 8,33% |
| 210 | 8,33% |
| 240 | 8,34% |
| 270 | 8,34% |
| 300 | 8,33% |
| 330 | 8,34% |
| 360 | 8,34% |

O valor total do contrato é de R\$ 1.703.713,20 (um milhão, setecentos e três mil, setecentos e treze reais e vinte centavos), distribuído uniformemente nas 12 parcelas mensais.

8. PADRÕES DE QUALIDADE

Os serviços a serem executados deverão observar os seguintes padrões mínimos de qualidade:

- Os produtos sujeitos à certificação compulsória pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro deverão apresentar o respectivo selo de conformidade válido;
- Os materiais elétricos deverão ser compatíveis com as características da rede de distribuição local, operando nas tensões nominais de 127 V/220 V ou 220 V/380 V, conforme a configuração da rede em cada ponto de instalação;
- Os materiais deverão apresentar desempenho adequado às condições climáticas da região amazônica, caracterizada por alta umidade relativa do ar, intensa precipitação pluviométrica e elevadas temperaturas;
- Os serviços deverão ser executados por profissionais com qualificação técnica comprovada, com certificação em Norma Regulamentadora NR-10 e, para trabalhos em altura, em NR-35;
- A qualidade dos serviços será avaliada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Primavera/PA, que poderá exigir a substituição de materiais e a reexecução de qualquer serviço que não atenda aos padrões estabelecidos.

9. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

Os serviços deverão observar, no mínimo, as seguintes normas técnicas e regulamentos:

- ABNT NBR 5101 – Iluminação Pública – Procedimento;
- ABNT NBR 5123 – Relé Fotoelétrico e Tomada para Iluminação Pública – Especificação e Métodos de Ensaio;
- ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- ABNT NBR 5419 – Proteção de Estruturas contra Descargas Atmosféricas;
- ABNT NBR 7117 – Medição de Resistividade e Determinação de Estratigrafia do Solo;
- ABNT NBR 7288 – Cabos de Alumínio com Isolamento de Polietileno Reticulado (XLPE);
- ABNT NBR 8451-1 – Postes de Concreto Armado e Protendido para Redes de Distribuição de Energia Elétrica;
- ABNT NBR 14039 – Instalações Elétricas de Média Tensão;
- ABNT NBR 15129 – Luminárias para Iluminação Pública – Requisitos;
- ABNT NBR 16026 – Condutores de Alumínio para Redes de Distribuição Aérea Compacta;
- ABNT NBR IEC 60238 – Soquetes de Rosca Edison para Lâmpadas;
- ABNT NBR IEC 60529 – Graus de Proteção Proporcionados por Invólucros (Código IP);
- ABNT NBR IEC 60598-1 – Luminárias – Requisitos Gerais e Ensaio;
- ABNT NBR IEC 61000-4-5 – Compatibilidade Eletromagnética – Ensaio de Imunidade a Surtos;
- ABNT NBR IEC 61643-11 – Dispositivos de Proteção contra Surtos para Baixa Tensão;
- Portaria Inmetro nº 20/2017 e atualizações – Eficiência Energética de Lâmpadas e Luminárias de LED;
- ANSI C136.41 – Conector Nema para Relé Fotoelétrico;
- Norma Regulamentadora NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em Altura.

10. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS FINAIS

O presente memorial foi elaborado com estrita fidelidade às planilhas orçamentárias integrantes do processo, não contendo informações inventadas ou não amparadas nos

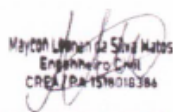
documentos técnicos de referência. As descrições dos serviços e materiais reproduzem as denominações constantes das planilhas sintética e analítica, acrescidas do contexto técnico necessário à compreensão do objeto.

O caráter contínuo dos serviços implica que os quantitativos orçados representam as estimativas de consumo ao longo dos 360 dias de contrato, podendo variar dentro dos limites legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, em especial nos termos de seu artigo 125.

A Prefeitura Municipal de Primavera/PA, por meio de sua fiscalização técnica, deterá a prerrogativa de verificar, a qualquer momento, a conformidade dos materiais entregues e dos serviços prestados com as descrições constantes deste memorial e das especificações técnicas, podendo exigir a substituição de materiais e a reexecução de serviços que não estejam em conformidade.

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as boas práticas de engenharia, as normas técnicas vigentes e as normas de segurança do trabalho aplicáveis, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada qualquer dano ou prejuízo decorrente de inadequação na execução.

Primavera – PA, 23 de fevereiro de 2026.



MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
Engenheiro Civil
CREA/PA 1518018386

MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
Engenheiro Civil
CREA/PA nº 1518018386

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94



Obra
SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Pará
SEDOP - 10/2025 - Pará

B.D.I.
24,01%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 118,23%
Mensalista: 71,76%

Planilha Orçamentária Resumida

| Item | Descrição | Total | Peso (%) |
|------|-----------------------------------|--------------|----------|
| 1 | SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 1.703.713,20 | 100,00 % |

Tipo de Licitação
Abertura da Licitação
Número do Processo

Total sem BDI 1.373.909,70
Total do BDI 329.803,50
Total Geral 1.703.713,20

MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/PA: 1518018386PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94



Obra
SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Pará
SEDOP - 10/2025 - Pará

B.D.I.
24,01%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 118,23%
Mensalista: 71,76%

Orçamento Sintético

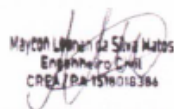
| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. | Valor Unit | Valor Unit com BDI | Total | Peso (%) |
|----------|--------|---------|---|-----|--------|------------|--------------------|---------------------|-----------------|
| 1 | | | SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | | | | | 1.703.713,20 | 100,00 % |
| 1.1 | 200 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 98W até 137W | UN | 1500 | 76,77 | 95,20 | 142.800,00 | 8,38 % |
| 1.2 | 201 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de luminária de led para iluminação pública, de 138W até 180 W - instalação. | UN | 900 | 76,79 | 95,22 | 85.698,00 | 5,03 % |
| 1.3 | 202 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 33W até 50 W. | UN | 1200 | 76,79 | 95,22 | 114.264,00 | 6,71 % |
| 1.4 | 203 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 240 W ATÉ 350 W. | UN | 600 | 76,77 | 95,20 | 57.120,00 | 3,35 % |
| 1.5 | 204 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição luminária aberta para iluminação pública, para lâmpada de vapor metálico até 400 W e mista até 500 W, com braço de tubo de aço galv 1", comprimento de 1,50 m, para poste de concreto - Fornecimento e instalação (exclusive lâmpada e reator). | UN | 600 | 161,64 | 200,44 | 120.264,00 | 7,06 % |
| 1.6 | 5928 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHP | 2400 | 297,24 | 368,60 | 884.640,00 | 51,92 % |
| 1.7 | 5930 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014 | CHI | 240 | 80,82 | 100,22 | 24.052,80 | 1,41 % |
| 1.8 | 205 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo multiplex 4 x 16mm² . | m | 180 | 7,91 | 9,80 | 1.764,00 | 0,10 % |
| 1.9 | 206 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo multiplex 4 x 25mm² | m | 180 | 7,91 | 9,80 | 1.764,00 | 0,10 % |
| 1.10 | 207 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo triplex de alumínio 16mm | m | 180 | 7,91 | 9,80 | 1.764,00 | 0,10 % |
| 1.11 | 208 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo triplex de alumínio 22mm | m | 180 | 7,91 | 9,80 | 1.764,00 | 0,10 % |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94

| | | | | | | | | | |
|------|-----|---------|--|----|------|--------|--------|------------|---------|
| 1.12 | 209 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de braço reto p/ luminária pública - ferro galv. 1,5m. | UN | 600 | 22,89 | 28,38 | 17.028,00 | 1,00 % |
| 1.13 | 210 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de conector em alumínio para cabo multiplex 3#1#16mm ² em instalações elétricas | UN | 1200 | 1,00 | 1,24 | 1.488,00 | 0,09 % |
| 1.14 | 211 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de soquete base E27 | UN | 600 | 2,28 | 2,82 | 1.692,00 | 0,10 % |
| 1.15 | 212 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de soquete base E40 | UN | 600 | 2,28 | 2,82 | 1.692,00 | 0,10 % |
| 1.16 | 213 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de poste de concreto duplo T 300 Dan h = 9m (incl. base em concreto ciclópico) | UN | 30 | 603,49 | 748,38 | 22.451,40 | 1,32 % |
| 1.17 | 214 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de relé fotoeletrico | UN | 1800 | 91,56 | 113,54 | 204.372,00 | 12,00 % |
| 1.18 | 215 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição haste de Aço cobreada 5/8"x2,40m c/ conector | UN | 300 | 51,33 | 63,65 | 19.095,00 | 1,12 % |

Tipo de Licitação
Abertura da Licitação
Número do Processo Licitatório

Total sem BDI 1.373.909,70
Total do BDI 329.803,50
Total Geral 1.703.713,20



Maycon Leonan da Silva Matos
Engenheiro Civil
CREA/PA-1518018386

MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/PA: 1518018386PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94



Obra
SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Pará
SEDOP - 10/2025 - Pará

B.D.I.
24,01%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 118,23%
Mensalista: 71,76%

Planilha Orçamentária Analítica

| 1 | | | SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | | | | | 1.703.713,20 | |
|---------------------|----------|---------|---|--|-------|---------------------------|--------------------------|-------------------|-------|
| 1.1 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Composição | 200 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 98W até 137W | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 76,77 | 76,77 | |
| Composição Auxiliar | 88264 | SINAPI | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 0,2064000 | 33,20 | 6,85 | |
| Composição Auxiliar | 88247 | SINAPI | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 0,2064000 | 27,85 | 5,74 | |
| Composição Auxiliar | 5930 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHI | 0,0517010 | 80,82 | 4,17 | |
| Composição Auxiliar | 5928 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHP | 0,2016070 | 297,24 | 59,92 | |
| Insumo | 00021127 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 0,0140000 | 6,80 | 0,09 | |
| | | | | MO sem LS => | 7,00 | LS => | 8,27 | MO com LS => | 15,27 |
| | | | | Valor do BDI => | 18,43 | | | Valor com BDI => | 95,20 |
| | | | | | | Quant. => ##### | Preço Total => | 142.800,00 | |

| 1.2 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|---------------------|--------|---------|--|-------------------------------------|-----|-----------|------------|-------|
| Composição | 201 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de luminária de led para iluminação pública, de 138W até 180 W - instalação. | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 76,79 | 76,79 |
| Composição Auxiliar | 88264 | SINAPI | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 0,2064000 | 33,20 | 6,85 |
| Composição Auxiliar | 88247 | SINAPI | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 0,2064000 | 27,85 | 5,74 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

CNPJ: 05.149.141/0001-94

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------|--------|---|--|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------|------------------|-------|
| Composição o Auxiliar | 5930 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHI | 0,0517140 | 80,82 | 4,17 | | |
| Composição o Auxiliar | 5928 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHP | 0,2016710 | 297,24 | 59,94 | | |
| Insumo | 00021127 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 0,0140000 | 6,80 | 0,09 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 7,00 | LS => | 8,28 | MO com LS => | 15,28 |
| | | | | | Valor do BDI => | 18,43 | | | Valor com BDI => | 95,22 |
| | | | | | Quant. => | 900,0000000 | Preço Total => | 85.698,00 | | |

| 1.3 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|-----------------------|----------|---------|---|--|---------------------|--------------|--------------------------|-------------------|------------------|-------|
| Composição o | 202 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 33W até 50 W. | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 76,79 | 76,79 | | |
| Composição o Auxiliar | 88264 | SINAPI | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 0,2064000 | 33,20 | 6,85 | | |
| Composição o Auxiliar | 88247 | SINAPI | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 0,2064000 | 27,85 | 5,74 | | |
| Composição o Auxiliar | 5930 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHI | 0,0517140 | 80,82 | 4,17 | | |
| Composição o Auxiliar | 5928 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHP | 0,2016710 | 297,24 | 59,94 | | |
| Insumo | 00021127 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 0,0140000 | 6,80 | 0,09 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 7,00 | LS => | 8,28 | MO com LS => | 15,28 |
| | | | | | Valor do BDI => | 18,43 | | | Valor com BDI => | 95,22 |
| | | | | | Quant. => | ##### | Preço Total => | 114.264,00 | | |

| 1.4 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------------|--------|---------|--|--------------------------|-----|-----------|------------|-------|
| Composição o | 203 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 240 W ATÉ 350 W. | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 76,77 | 76,77 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

CNPJ: 05.149.141/0001-94

| | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------|--------|---|--|--------------------|--------------------------|------------------|------------------|-------|
| Composição o Auxiliar | 88264 | SINAPI | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 0,2064000 | 33,20 | 6,85 | |
| Composição o Auxiliar | 88247 | SINAPI | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 0,2064000 | 27,85 | 5,74 | |
| Composição o Auxiliar | 5930 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHI | 0,0517010 | 80,82 | 4,17 | |
| Composição o Auxiliar | 5928 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHP | 0,2016070 | 297,24 | 59,92 | |
| Insumo | 00021127 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 0,0140000 | 6,80 | 0,09 | |
| | | | | MO sem LS => | 7,00 | LS => | 8,27 | MO com LS => | 15,27 |
| | | | | Valor do BDI => | 18,43 | | | Valor com BDI => | 95,20 |
| | | | | Quant. => | 600,0000000 | Preço Total => | 57.120,00 | | |

| 1.5 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
|-----------------------|----------|---------|---|--|--------------------|--------------------------|-------------------|------------------|--------|
| Composição o | 204 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição luminária aberta para iluminação pública, para lâmpada de vapor metálico até 400 W e mista até 500 W, com braço de tubo de aço galv 1", comprimento de 1,50 m, para poste de concreto - Fornecimento e instalação (exclusive lâmpada e reator). | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 161,64 | 161,64 | |
| Composição o Auxiliar | 88264 | SINAPI | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 1,4837000 | 33,20 | 49,25 | |
| Composição o Auxiliar | 88247 | SINAPI | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 1,4837000 | 27,85 | 41,32 | |
| Composição o Auxiliar | 5928 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHP | 0,2388000 | 297,24 | 70,98 | |
| Insumo | 00021127 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 0,0140000 | 6,80 | 0,09 | |
| | | | | MO sem LS => | 30,29 | LS => | 35,81 | MO com LS => | 66,10 |
| | | | | Valor do BDI => | 38,80 | | | Valor com BDI => | 200,44 |
| | | | | Quant. => | 600,0000000 | Preço Total => | 120.264,00 | | |

| 1.6 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|-----|--------|-------|-----------|------|-----|--------|------------|-------|
|-----|--------|-------|-----------|------|-----|--------|------------|-------|

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94

| | | | | | | | | | |
|---------------------|-------|--------|--|---|-------|---------------------|--------------|--------------------------|-------------------|
| Composição | 5928 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHP | 1,0000000 | 297,24 | 297,24 | |
| Composição Auxiliar | 88286 | SINAPI | MOTORISTA OPERADOR DE MUNCK COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 1,0000000 | 36,77 | 36,77 | |
| Composição Auxiliar | 89259 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - DEPRECIÇÃO. AF_06/2014 | Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos | H | 1,0000000 | 29,00 | 29,00 | |
| Composição Auxiliar | 89260 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - JUROS. AF_06/2014 | Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos | H | 1,0000000 | 10,72 | 10,72 | |
| Composição Auxiliar | 89262 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - MANUTENÇÃO. AF_06/2014 | Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos | H | 1,0000000 | 49,39 | 49,39 | |
| Composição Auxiliar | 91466 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_08/2015 | Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos | H | 1,0000000 | 4,33 | 4,33 | |
| Composição Auxiliar | 91467 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_08/2015 | Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos | H | 1,0000000 | 167,03 | 167,03 | |
| | | | | MO sem LS => | 12,68 | LS => | 14,99 | MO com LS => | 27,67 |
| | | | | Valor do BDI => | 71,36 | | | Valor com BDI => | 368,60 |
| | | | | | | Quant. => | ##### | Preço Total => | 884.640,00 |

| 1.7 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|---------------------|--------|--------|---|--|-----|-----------|------------|-------|
| Composição | 5930 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHI | 1,0000000 | 80,82 | 80,82 |
| Composição Auxiliar | 88286 | SINAPI | MOTORISTA OPERADOR DE MUNCK COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 1,0000000 | 36,77 | 36,77 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

CNPJ: 05.149.141/0001-94

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-------|--------|---|---|---|-----------|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------|
| Composição o Auxiliar | 89259 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - DEPRECIÇÃO. AF_06/2014 | Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos | H | 1,0000000 | 29,00 | 29,00 | | |
| Composição o Auxiliar | 89260 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - JUROS. AF_06/2014 | Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos | H | 1,0000000 | 10,72 | 10,72 | | |
| Composição o Auxiliar | 91466 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_08/2015 | Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos | H | 1,0000000 | 4,33 | 4,33 | | |
| | | | | MO sem LS => | | 12,68 | LS => | 14,99 | MO com LS => | 27,67 |
| | | | | Valor do BDI => | | 19,40 | | | Valor com BDI => | 100,22 |
| | | | | | | | Quant. => | 240,0000000 | Preço Total => | 24.052,80 |

| 1.8 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|-----------------------|----------|---------|--|--------------------------------------|-----|-----------|---------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|
| Composição o | 205 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo multiplex 4 x 16mm² . | ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS | m | 1,0000000 | 7,91 | 7,91 | | |
| Composição o Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,2000000 | 32,52 | 6,50 | | |
| Composição o Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0500000 | 26,52 | 1,32 | | |
| Insumo | 00021127 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 0,0140000 | 6,80 | 0,09 | | |
| | | | | MO sem LS => | | 2,46 | LS => | 2,90 | MO com LS => | 5,36 |
| | | | | Valor do BDI => | | 1,89 | | | Valor com BDI => | 9,80 |
| | | | | | | | Quant. => | 180,0000000 | Preço Total => | 1.764,00 |

| 1.9 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|-----------------------|----------|---------|--|--------------------------|-----|-----------|------------|-------|------------------|------|
| Composição o | 206 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo multiplex 4 x 25mm² | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | m | 1,0000000 | 7,91 | 7,91 | | |
| Composição o Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,2000000 | 32,52 | 6,50 | | |
| Composição o Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0500000 | 26,52 | 1,32 | | |
| Insumo | 00021127 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 0,0140000 | 6,80 | 0,09 | | |
| | | | | MO sem LS => | | 2,46 | LS => | 2,90 | MO com LS => | 5,36 |
| | | | | Valor do BDI => | | 1,89 | | | Valor com BDI => | 9,80 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94

Quant. => 180,000000 Preço Total => 1.764,00

| 1.10 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|---------------------|----------|---------|--|--------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------|------|
| Composição | 207 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo triplex de alumínio 16mm | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | m | 1,0000000 | 7,91 | 7,91 | | |
| Composição Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,2000000 | 32,52 | 6,50 | | |
| Composição Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0500000 | 26,52 | 1,32 | | |
| Insumo | 00021127 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 0,0140000 | 6,80 | 0,09 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 2,46 | LS => | 2,90 | MO com LS => | 5,36 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,89 | | | Valor com BDI => | 9,80 |
| | | | | | | Quant. => | 180,0000000 | Preço Total => | 1.764,00 | |

| 1.11 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|---------------------|----------|---------|--|--------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------|------|
| Composição | 208 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo triplex de alumínio 22mm | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | m | 1,0000000 | 7,91 | 7,91 | | |
| Composição Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,2000000 | 32,52 | 6,50 | | |
| Composição Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0500000 | 26,52 | 1,32 | | |
| Insumo | 00021127 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 0,0140000 | 6,80 | 0,09 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 2,46 | LS => | 2,90 | MO com LS => | 5,36 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,89 | | | Valor com BDI => | 9,80 |
| | | | | | | Quant. => | 180,0000000 | Preço Total => | 1.764,00 | |

| 1.12 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|---------------------|--------|---------|--|--------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------|-------|
| Composição | 209 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de braço reto p/ luminária pública - ferro galv. 1,5m. | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 22,89 | 22,89 | | |
| Composição Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,5000000 | 32,52 | 16,26 | | |
| Composição Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,2500000 | 26,52 | 6,63 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 7,09 | LS => | 8,39 | MO com LS => | 15,48 |
| | | | | | Valor do BDI => | 5,49 | | | Valor com BDI => | 28,38 |
| | | | | | | Quant. => | 600,0000000 | Preço Total => | 17.028,00 | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94

| 1.13 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|---------------------|--------|---------|--|--------------------------|---------------------|--------------|--------------------------|-----------------|------------------|------|
| Composição | 210 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de conector em alumínio para cabo multiplex 3#1#16mm ² em instalações elétricas | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 1,00 | 1,00 | | |
| Composição Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0300000 | 32,52 | 0,97 | | |
| Composição Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0015000 | 26,52 | 0,03 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 0,32 | LS => | 0,37 | MO com LS => | 0,69 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,24 | | | Valor com BDI => | 1,24 |
| | | | | | Quant. => | ##### | Preço Total => | 1.488,00 | | |

| 1.14 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|---------------------|--------|---------|---|--------------------------|---------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------------|------|
| Composição | 211 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de soquete base E27 | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 2,28 | 2,28 | | |
| Composição Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0500000 | 32,52 | 1,62 | | |
| Composição Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0250000 | 26,52 | 0,66 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 0,71 | LS => | 0,83 | MO com LS => | 1,54 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,54 | | | Valor com BDI => | 2,82 |
| | | | | | Quant. => | 600,0000000 | Preço Total => | 1.692,00 | | |

| 1.15 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|---------------------|--------|---------|---|--------------------------|---------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------------|------|
| Composição | 212 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de soquete base E40 | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 2,28 | 2,28 | | |
| Composição Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0500000 | 32,52 | 1,62 | | |
| Composição Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,0250000 | 26,52 | 0,66 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 0,71 | LS => | 0,83 | MO com LS => | 1,54 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,54 | | | Valor com BDI => | 2,82 |
| | | | | | Quant. => | 600,0000000 | Preço Total => | 1.692,00 | | |

| 1.16 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|---------------------|--------|---------|--|--------------------------|-----|-----------|------------|--------|
| Composição | 213 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de poste de concreto duplo T 300 Dan h = 9m (incl. base em concreto ciclópico) | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 603,49 | 603,49 |
| Composição Auxiliar | 280023 | SEDOP | PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 2,0000000 | 32,12 | 64,24 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94

| | | | | | | | | | |
|-----------------------|--------|-------|--|-----------------|-------------|---------------------|-------------------|--------------------------|------------------|
| Composição o Auxiliar | 280004 | SEDOP | AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | | h | 2,0000000 | 26,11 | 52,22 |
| Composição o Auxiliar | 280004 | SEDOP | AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | | h | 0,1250000 | 26,11 | 3,26 |
| Composição o Auxiliar | 020174 | SEDOP | Retirada de entulho - manualmente (incluindo caixa coletora) | 0 | | m³ | 0,1600000 | 101,81 | 16,28 |
| Composição o Auxiliar | 040025 | SEDOP | Fundação corrida com seixo | 0 | | m³ | 0,1250000 | 1.039,97 | 129,99 |
| Insumo | M00007 | SEDOP | Caminhão c/ munck | | Equipamento | h | 1,0000000 | 337,50 | 337,50 |
| | | | | MO sem LS => | 54,69 | LS => | 64,65 | MO com LS => | 119,34 |
| | | | | Valor do BDI => | 144,89 | | | Valor com BDI => | 748,38 |
| | | | | | | Quant. => | 30,0000000 | Preço Total => | 22.451,40 |

| 1.17 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
|-----------------------|--------|---------|--|--------------------------|-------|---------------------|--------------|--------------------------|-------------------|
| Composição o | 214 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de relé fotoeletrico | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1,0000000 | 91,56 | 91,56 | |
| Composição o Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 2,0000000 | 32,52 | 65,04 | |
| Composição o Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 1,0000000 | 26,52 | 26,52 | |
| | | | | MO sem LS => | 28,39 | LS => | 33,56 | MO com LS => | 61,95 |
| | | | | Valor do BDI => | 21,98 | | | Valor com BDI => | 113,54 |
| | | | | | | Quant. => | ##### | Preço Total => | 204.372,00 |

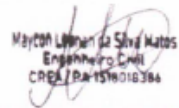
| 1.18 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
|-----------------------|--------|---------|--|--------------------------------------|-------|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------|
| Composição o | 215 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição haste de Aço cobreada 5/8"x2,40m c/ conector | ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS | UN | 1,0000000 | 51,33 | 51,33 | |
| Composição o Auxiliar | 280014 | SEDOP | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 0,6000000 | 32,52 | 19,51 | |
| Composição o Auxiliar | 280007 | SEDOP | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 0 | h | 1,2000000 | 26,52 | 31,82 | |
| | | | | MO sem LS => | 15,38 | LS => | 18,19 | MO com LS => | 33,57 |
| | | | | Valor do BDI => | 12,32 | | | Valor com BDI => | 63,65 |
| | | | | | | Quant. => | 300,0000000 | Preço Total => | 19.095,00 |

Tipo de Licitação
Abertura da Licitação
Número do Processo Licitatório

Total sem BDI
Total do BDI
Total Geral

1.373.909,70
329.803,50
1.703.713,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94



MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
Engenheiro Civil
CREA/PA: 1518018386

MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/PA: 1518018386PA

Avenida General Moura Carvalho - Centro - Primavera/ PA
CEP: 68707-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94



Obra
SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Pará
SEDOP - 10/2025 - Pará

B.D.I.
24,01%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 118,23%
Mensalista: 71,76%

Curva ABC de Insumos

| Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quantidade | | Valor Unitário | | Total | | Peso | Valor Acumulado | Peso Acumulado |
|-----------------|--|---------------------------------------|-----|----------------|-------------|----------------|-------------|------------|-------------|--------|-----------------|----------------|
| | | | | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | | | |
| 00004221 SINAPI | OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500 | Material | L | 89.602,0292340 | | 7,83 | | 701.583,89 | | 41,18% | 701.583,89 | 41,18% |
| 00037752 SINAPI | CAMINHÃO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA) | Equipamento para Aquisição Permanente | UN | 0,4261283 | | 760.147,75 | | 323.920,47 | | 19,01% | 1.025.504,36 | 60,19% |
| 00004096 SINAPI | MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHÃO COM MUNCK (HORISTA) | Mão de Obra | H | 3.910,3161789 | | 33,76 | | 132.012,27 | | 7,75% | 1.157.516,63 | 67,94% |
| MO243600 SEDOP | ELETRICISTA | Mão de Obra | h | 4.489,3440000 | | 27,03 | | 121.346,97 | | 7,12% | 1.278.863,60 | 75,06% |
| 00003363 SINAPI | GUINDAUTO HIDRAULICO, CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MAXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MAXIMO HORIZONTAL 9,70 M, PARA MONTAGEM SOBRE CHASSI DE CAMINHÃO PBT MINIMO 13000 KG (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHÃO) | Equipamento para Aquisição Permanente | UN | 0,5232864 | | 179.659,48 | | 94.013,36 | | 5,52% | 1.372.876,96 | 80,58% |
| 00002436 SINAPI | ELETRICISTA (HORISTA) | Mão de Obra | H | 1.822,6749720 | | 27,18 | | 49.540,31 | | 2,91% | 1.422.417,27 | 83,49% |
| MO247000 SEDOP | AJUDANTE DE ELETRICISTA | Mão de Obra | h | 2.471,0097600 | | 19,87 | | 49.098,96 | | 2,88% | 1.471.516,23 | 86,37% |
| 00037370 SINAPI | ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Encargos Complementares | H | 7.361,5353000 | | 6,38 | | 46.966,60 | | 2,76% | 1.518.482,83 | 89,13% |
| EC373700 SEDOP | ALIMENTACAO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES)(COLETADOCAIXA) | Material | h | 6.892,5060000 | | 6,49 | | 44.732,36 | | 2,63% | 1.563.215,19 | 91,75% |
| 00000247 SINAPI | AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA) | Mão de Obra | H | 1.822,6749720 | | 20,78 | | 37.875,19 | | 2,22% | 1.601.090,38 | 93,98% |
| 00037372 SINAPI | EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Encargos Complementares | H | 7.361,5353000 | | 1,87 | | 13.766,07 | | 0,81% | 1.614.856,45 | 94,78% |
| M00007 SEDOP | Caminhão c/ munck | Equipamento | h | 30,0000000 | | 418,53 | | 12.555,90 | | 0,74% | 1.627.412,35 | 95,52% |
| EC373720 SEDOP | EXAMES - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) (COLETA CAIXA) | Material | h | 6.892,5060000 | | 1,77 | | 12.199,74 | | 0,72% | 1.639.612,08 | 96,24% |
| 00037371 SINAPI | TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Encargos Complementares | H | 7.361,5353000 | | 1,47 | | 10.821,46 | | 0,64% | 1.650.433,54 | 96,87% |
| EC434840 SEDOP | EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | h | 6.697,8000000 | | 1,56 | | 10.448,57 | | 0,61% | 1.660.882,11 | 97,49% |
| EC373710 SEDOP | TRANSPORTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES)(COLETADOCAIXA) | Material | h | 6.892,5060000 | | 1,24 | | 8.546,71 | | 0,50% | 1.669.428,82 | 97,99% |
| 00043484 SINAPI | EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Encargos Complementares | H | 3.514,2000000 | | 2,04 | | 7.168,97 | | 0,42% | 1.676.597,78 | 98,41% |
| EC434600 SEDOP | FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOSCOMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | h | 6.697,8000000 | | 1,06 | | 7.099,67 | | 0,42% | 1.683.697,45 | 98,83% |
| 00043488 SINAPI | EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Encargos Complementares | H | 3.847,3353000 | | 1,37 | | 5.270,85 | | 0,31% | 1.688.968,30 | 99,13% |
| 00043460 SINAPI | FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Encargos Complementares | H | 3.514,2000000 | | 1,06 | | 3.725,05 | | 0,22% | 1.692.693,35 | 99,35% |
| MO475000 SEDOP | PEDREIRO | Mão de Obra | h | 69,0052500 | | 27,03 | | 1.865,21 | | 0,11% | 1.694.558,57 | 99,46% |
| J00003 SEDOP | Cimento | Material | SC | 22,5000000 | | 63,40 | | 1.426,50 | | 0,08% | 1.695.985,07 | 99,55% |
| MO611100 SEDOP | SERVEENTE | Mão de Obra | h | 64,8710688 | | 19,87 | | 1.288,99 | | 0,08% | 1.697.274,05 | 99,62% |
| MO612700 SEDOP | AJUDANTE DE PEDREIRO | Mão de Obra | h | 64,7381250 | | 19,87 | | 1.286,35 | | 0,08% | 1.698.560,40 | 99,70% |
| 00037373 SINAPI | SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Encargos Complementares | H | 7.361,5353000 | | 0,13 | | 957,00 | | 0,06% | 1.699.517,40 | 99,75% |
| J00007 SEDOP | Seixo lavado | Material | m³ | 3,1500000 | | 256,78 | | 808,86 | | 0,05% | 1.700.326,26 | 99,80% |
| 00021127 SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 77,2800000 | | 8,43 | | 651,47 | | 0,04% | 1.700.977,73 | 99,84% |
| EC373730 SEDOP | SEGURO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) (COLETA CAIXA) | Material | h | 6.892,5060000 | | 0,09 | | 620,33 | | 0,04% | 1.701.598,05 | 99,88% |
| D00453 SEDOP | Caixa Coletora | Material | m³ | 4,8000000 | | 102,92 | | 494,02 | | 0,03% | 1.702.092,07 | 99,90% |
| J00005 SEDOP | Areia | Material | m³ | 3,3000000 | | 108,43 | | 357,82 | | 0,02% | 1.702.449,89 | 99,93% |
| EC434890 SEDOP | EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | h | 131,2500000 | | 1,62 | | 212,63 | | 0,01% | 1.702.662,51 | 99,94% |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94

| | | | | | | | | | | | |
|----------|--------|---|-------------------------|---|---------------|------|--------|--------|-------|--------------|--------|
| EC434650 | SEDOP | FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA(ENCARGOSCOMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | h | 131,2500000 | 0,96 | 126,00 | 126,00 | 0,01% | 1.702.788,51 | 99,95% |
| 00043464 | SINAPI | FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Encargos Complementares | H | 3.847,3353000 | 0,03 | 115,42 | 115,42 | 0,01% | 1.702.903,93 | 99,95% |
| EC434910 | SEDOP | EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | h | 63,4560000 | 1,72 | 109,14 | 109,14 | 0,01% | 1.703.013,08 | 99,96% |
| EC434670 | SEDOP | FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOSCOMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | h | 63,4560000 | 0,75 | 47,59 | 47,59 | 0,00% | 1.703.060,67 | 99,96% |

| | |
|---------------------------------------|----------------|
| Totais por Tipo | |
| Equipamento | R\$ 12.555,90 |
| Equipamento para Aquisição Permanente | R\$ 417.933,83 |
| Mão de Obra | R\$ 394.314,24 |
| Material | R\$ 789.465,28 |
| Serviços | R\$ 0,00 |
| Taxas | R\$ 0,00 |
| Administração | R\$ 0,00 |
| Aluguel | R\$ 0,00 |
| Verba | R\$ 0,00 |
| Transporte | R\$ 0,00 |
| Encargos Complementares | R\$ 88.791,41 |
| Franquia | R\$ 0,00 |
| Outros | R\$ 0,00 |

Tipo de Licitação
Abertura da Licitação
Número do Processo Licitatório

Total sem BDI 1.373.909,70
Total do BDI 329.803,50
Total Geral 1.703.713,20

MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/PA: 1518018386PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

CNPJ: 05.149.141/0001-94



Obra
SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Pará
SEDOF - 10/2025 - Pará

B.D.I.
24,01%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 118,23%
Mensalista: 71,76%

Curva ABC de Serviços

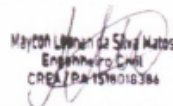
| Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | Peso (%) | Peso Acumulado (%) |
|--------|---------|---|--|-----|---------|------------|------------|----------|--------------------|
| 5928 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHP | 2.400,0 | 368,60 | 884.640,00 | 51,92 | 51,92 |
| 214 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de relé fotoeletrico | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1.800,0 | 113,54 | 204.372,00 | 12,00 | 63,92 |
| 200 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 98W até 137W | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1.500,0 | 95,20 | 142.800,00 | 8,38 | 72,30 |
| 204 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição luminária aberta para iluminação pública, para lâmpada de vapor metálico até 400 W e mista até 500 W, com braço de tubo de aço galv 1", comprimento de 1,50 m, para poste de concreto - Fornecimento e instalação (exclusive lâmpada e reator). | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 600,0 | 200,44 | 120.264,00 | 7,06 | 79,36 |
| 202 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de luminária de LED para iluminação pública, de 33W até 50 W. | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1.200,0 | 95,22 | 114.264,00 | 6,71 | 86,07 |
| 201 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de luminária de led para iluminação pública, de 138W até 180 W - instalação. | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 900,0 | 95,22 | 85.698,00 | 5,03 | 91,10 |
| 203 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 240 W ATÉ 350 W. | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 600,0 | 95,20 | 57.120,00 | 3,35 | 94,45 |
| 5930 | SINAPI | GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHI DIURNO. AF_06/2014 | Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos | CHI | 240,0 | 100,22 | 24.052,80 | 1,41 | 95,86 |
| 213 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de poste de concreto duplo T 300 Dan h = 9m (incl. base em concreto ciclópico) | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 30,0 | 748,38 | 22.451,40 | 1,32 | 97,18 |
| 215 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição haste de Aço cobreada 5/8"x2,40m c/ conector | ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS | UN | 300,0 | 63,65 | 19.095,00 | 1,12 | 98,30 |
| 209 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de braço reto p/ luminária pública - ferro galv. 1,5m. | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 600,0 | 28,38 | 17.028,00 | 1,00 | 99,30 |
| 205 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo multiplex 4 x 16mm² . | ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS | m | 180,0 | 9,80 | 1.764,00 | 0,10 | 99,40 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94

| | | | | | | | | | |
|-----|---------|--|--------------------------|----|---------|------|----------|------|--------|
| 206 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo multiplex 4 x 25mm ² | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | m | 180,0 | 9,80 | 1.764,00 | 0,10 | 99,51 |
| 207 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo triplex de alumínio 16mm | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | m | 180,0 | 9,80 | 1.764,00 | 0,10 | 99,61 |
| 208 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de cabo triplex de alumínio 22mm | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | m | 180,0 | 9,80 | 1.764,00 | 0,10 | 99,71 |
| 211 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de soquete base E27 | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 600,0 | 2,82 | 1.692,00 | 0,10 | 99,81 |
| 212 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de soquete base E40 | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 600,0 | 2,82 | 1.692,00 | 0,10 | 99,91 |
| 210 | Próprio | Serviço de instalação ou substituição de conector em alumínio para cabo multiplex 3#1#16mm ² em instalações elétricas | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | UN | 1.200,0 | 1,24 | 1.488,00 | 0,09 | 100,00 |

Tipo de Licitação
Abertura da Licitação
Número do Processo Licitatório

Total sem BDI 1.373.909,70
Total do BDI 329.803,50
Total Geral 1.703.713,20



Maycon Leonan da Silva Matos
Engenheiro Civil
CREA/PA-1518018384

MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/PA: 1518018386PA



Obra
SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Pará
SEDOP - 10/2025 - Pará

B.D.I.
24,01%

Cronograma Físico e Financeiro

| Item | Descrição | Total Por Etapa | 30 DIAS | 60 DIAS |
|-----------------------|-----------------------------------|-----------------|------------|------------|
| 1 | SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 100,00% | 8,33% | 8,33% |
| | | 1.703.713,20 | 141.919,31 | 141.919,31 |
| Porcentagem | | | 8,33% | 8,33% |
| Custo | | | 141.919,30 | 141.919,30 |
| Porcentagem Acumulado | | | 8,33% | 16,66% |
| Custo Acumulado | | | 141.919,30 | 283.838,60 |

MAYCON LEONAN DA SILVA MATOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/PA: 1518018386PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
CNPJ: 05.149.141/0001-94

Encargos Sociais

Não Desonerado:

Horista: 118,23%

Mensalista: 71,76%

| 90 DIAS | 120 DIAS | 150 DIAS | 180 DIAS | 210 DIAS | 240 DIAS | 270 DIAS | 300 DIAS | 330 DIAS | 360 DIAS |
|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,34% | 8,34% | 8,33% | 8,34% | 8,34% |
| 141.919,31 | 141.919,31 | 141.919,31 | 141.919,31 | 141.919,31 | 142.089,68 | 142.089,68 | 141.919,31 | 142.089,68 | 142.089,68 |
| 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,34% | 8,34% | 8,33% | 8,34% | 8,34% |
| 141.919,30 | 141.919,30 | 141.919,30 | 141.919,30 | 141.919,30 | 142.089,68 | 142.089,68 | 141.919,30 | 142.089,68 | 142.089,68 |
| 24,99% | 33,32% | 41,65% | 49,98% | 58,31% | 66,65% | 74,99% | 83,32% | 91,66% | 100,0% |
| 425.757,90 | 567.677,20 | 709.596,50 | 851.515,80 | 993.435,10 | 1.135.524,78 | 1.277.614,46 | 1.419.533,76 | 1.561.623,44 | 1.703.713,20 |

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica

| Itens | Siglas | % Adotado |
|---|---------|---------------|
| Administração Central | AC | 3,00% |
| Seguro e Garantia | SG | 0,25% |
| Risco | R | 0,60% |
| Despesas Financeiras | DF | 1,00% |
| Lucro | L | 8,00% |
| Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%) | CP | 3,65% |
| Tributos (ISS, variável de acordo com o município) | ISS | 5,00% |
| Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração) | CPRB | 0,00% |
| BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU) | BDI PAD | 24,01% |

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Maycon Leonan da Silva Matos
Engenheiro Civil
CREA/PA-1518018386

Maycon Leonan da Silva Matos
Engenheiro Civil - CREA PA
1518018386

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

BDI
24,01%

Encargo Social Mensalista:
71,76%

Bancos:
SINAP(01/2026) ; SEDOP(10/2025)

Encargo Social Horista:
118,23%

Revisão:
00

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA

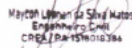
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | SEM DESONERAÇÃO | |
|------------------------|--|-----------------|----------------|
| | | HORISTA (%) | MENSALISTA (%) |
| GRUPO A | | | |
| A1 | INSS | 20,00% | 20,00% |
| A2 | SESI | 1,50% | 1,50% |
| A3 | SENAI | 1,00% | 1,00% |
| A4 | INCRA | 0,20% | 0,20% |
| A5 | SEBRAE | 0,60% | 0,60% |
| A6 | Salário Educação | 2,50% | 2,50% |
| A7 | Seguro Contra Acidentes de Trabalho | 3,00% | 3,00% |
| A8 | FGTS | 8,00% | 8,00% |
| A9 | SECONCI | 0,00% | 0,00% |
| A | Total | 36,80% | 36,80% |
| GRUPO B | | | |
| B1 | Repouso Semanal Remunerado | 18,13% | Não incide |
| B2 | Feriados | 4,16% | Não incide |
| B3 | Auxílio-Enfermidade | 0,87% | 0,65% |
| B4 | 13º Salário | 11,22% | 8,33% |
| B5 | Licença Paternidade | 0,07% | 0,05% |
| B6 | Faltas Justificadas | 0,75% | 0,56% |
| B7 | Dias de Chuva | 2,83% | Não incide |
| B8 | Auxílio Acidente de Trabalho | 0,10% | 0,07% |
| B9 | Férias Gozadas | 12,82% | 9,53% |
| B10 | Salário Maternidade | 0,03% | 0,03% |
| B | Total | 50,98% | 19,22% |
| GRUPO C | | | |
| C1 | Aviso Prévio Indenizado | 5,81% | 4,32% |
| C2 | Aviso Prévio Trabalhado | 0,14% | 0,10% |
| C3 | Férias Indenizadas | 1,77% | 1,31% |
| C4 | Depósito Recisão sem justa causa | 2,96% | 2,20% |
| C5 | Indenização Adicional | 0,49% | 0,36% |
| C | Total | 11,17% | 8,29% |
| GRUPO D | | | |
| D1 | Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024) | 18,76% | 7,07% |
| D2 | Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado | 0,52% | 0,38% |
| D | Total | 19,28% | 7,45% |
| TOTAL (A+B+C+D) | | 118,23% | 71,76% |

FONTE:

- SINAPI - Encargos Sociais a partir de janeiro de 2025.

NOTAS:

- Deverão ser obedecidas as legislações trabalhistas e tributária vigentes, inclusive acordos de classes, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços;
- É de responsabilidade da proponente a adequação de todas as fórmulas utilizadas na planilha orçamentária.


 Maycon Leonan da Silva Matos
 Engenheiro Civil
 CREA / PA 1518018386

Maycon Leonan da Silva Matos
 Engenheiro Civil - CREA PA 1518018386

ANEXO II**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026**

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, o Município de Primavera/PA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado **polo Prefeito Municipal, o Sr.** _____, inscrito no CPF/MF sob o _____, brasileiro(a), casado(a), residente e domiciliado (endereço). Nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, do Decreto nº 7.892, de 2014, Decreto nº 9.488, de 2018, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XXXX/XXXX**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:

XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, cuja proposta foi classificada em **XX** lugar no certame nos itens: **XXXXXXXXXXXX** totalizando um valor de **XXXXXXXXXX** conforme planilha anexa.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MELHORIA E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO A EVENTOS MUNICIPAIS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA ZONA RUAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PA**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Primavera.

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2014,

Decreto nº 9.488, de 2018, do Decreto Municipal nº 075/2022 e na Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. Caso decorra de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para cada item da Ata.

2.2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.2.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.3. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 6º do Decreto nº 7.892, de 2014.

2.4. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do inciso VIII do artigo 82 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. No caso de aumento dos preços o fornecedor deverá solicitar revisão de valor, a qual deve ser por ele fundamentada e justifica mediante a devida comprovação da real oscilação do valor de mercado.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o fornecedor registrado será realizada ou não, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 89 da Lei nº 14.133, de 2021, e obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2014.

6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Edital, Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO



7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo indicado no contrato, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os percentuais ofertados são fixos e irrevogáveis.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.2. A Contratante obriga-se a:

9.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. CLÁUSULA DECIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

10.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dar-se-á, por meio de ordem bancária, no máximo até 30 (trinta) dias subsequente ao da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada e aceita pela autoridade competente e de conformidade ao discriminado na proposta da CONTRATADA.

11.2. O valor do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, no prazo e condições estabelecidos no parágrafo anterior, será aferido de acordo com as quantidades fornecidas durante o mês pelo seu respectivo preço unitário.

11.3. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária, na conta corrente do licitante vencedor.

11.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, os Materiais fornecidos pela CONTRATADA, durante o mês, estes não estiverem de acordo com as especificações ora estipuladas.

11.5. A Prefeitura Municipal de Primavera poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas devidas pela licitante vencedora, nos termos do Edital.

11.6. Por ocasião do pagamento do fornecimento, deverá o ordenador de despesa que solicitou, apresentar à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Primavera/PA, relação circunstanciada de todos os itens, a fim de que esta seja confrontada com as correspondentes notas fiscais.

11.7. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade do FGTS - CRF), com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos TRIBUTOS FEDERAIS, à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO e CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS), Estadual (Certidão Conjunta Negativa de DÉBITO DO ESTADO – Dívida Ativa e Procuradoria), Municipal (Certidão Negativa de TRIBUTOS DO MUNICÍPIO) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.8. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso haja alguma certidão vencida na data do pagamento, não acarretando isso nenhum ônus para a contratante.

11.11. Não haverá reajuste de preços durante o período de doze meses exceto nas hipóteses, expressamente, previstas no Art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma a manter e assegurar o equilíbrio econômico financeiro do contrato ou instrumento equivalente a ser celebrado, em consonância com os termos e condições.

11.11.1. Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta.

11.11.2. As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas na Imprensa Oficial.

11.12. Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

14. CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

14.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexo do Pregão Eletrônico **para Registro de Preços nº XXXX/XXXX** e a proposta da empresa.

14.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 7.892, de 2014, Decreto nº 9.488, de 2018, do Decreto Municipal nº 075/2022, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, Lei Complementar 147/2014.

14.4. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de Primavera/PA, com exclusão de qualquer outro.

Município de Primavera/PA, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.



Representante do Órgão

Representante da Empresa

TESTEMUNHA

1ª _____ - CPF: _____

2ª _____ - CPF: _____

ANEXO III -

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

O Município de Primavera/PA, por intermédio da secretaria Municipal de Administração, com sede na _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado **por seu Secretário(a) Municipal, o(a) Sr(a).º** _____, inscrito no CPF/MF sob o _____, brasileiro(a), casado(a) e domiciliado(a) nesta

cidade e, de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, estabelecida _____ doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr(a) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ / _____ e CPF (MF) nº _____, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão - SRP nº _____ e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, MELHORIA E EFETICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO A EVENTOS MUNICIPAIS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA ZONA RUAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PA**, conforme planilha de especificações e quantitativos a seguir:

| Item | Descrição | Total | Peso (%) |
|------|---|-------|----------|
| 1 | SERVIÇOS DE MANUT. DA REDE DE ILUM. PÚBLICA | | |

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

2.1. Este Contrato fica vinculado aos termos do Pregão nº _____, cuja realização decorre da autorização do Sr(a). _____, e da proposta da CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3.1. A lavratura do presente Termo de Contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico nº _____, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, e nas demais normas vigentes.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 89 e 92, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O valor deste contrato é de R\$(.....).



5.2. Os quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços constante da proposta apresentada pela CONTRATADA no Pregão Eletrônico nº _____ e na Cláusula Primeira deste instrumento são meramente estimativos, não acarretando à Administração do CONTRATANTE qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

5.3. O pagamento dar-se-á, por meio de ordem bancária, no máximo até 30 (trinta) dias subsequente ao da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada e aceita pela autoridade competente e de conformidade ao discriminado na proposta da CONTRATADA.

5.4. O valor do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, no prazo e condições estabelecidos no parágrafo anterior, será aferido de acordo com as quantidades fornecidos durante o mês pelo seu respectivo preço unitário.

5.5. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária, na conta corrente do licitante vencedor.

5.6. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, os Materiais fornecidos pela CONTRATADA, durante o mês, estes não estiverem de acordo com as especificações ora estipuladas.

5.7. A Prefeitura Municipal de Primavera/PA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas devidas pela licitante vencedora, nos termos do Edital.

5.8. Por ocasião do pagamento do fornecimento, deverá o ordenador de despesa que solicitou, apresentar à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Primavera/PA, relação circunstanciada de todos os itens, a fim de que esta seja confrontada com as correspondentes notas fiscais.

5.9. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade do FGTS - CRF), com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos TRIBUTOS FEDERAIS, à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO e CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS), Estadual (Certidão Conjunta Negativa de DÉBITO DO ESTADO – Dívida Ativa e Procuradoria), Municipal (Certidão Negativa de TRIBUTOS DO MUNICÍPIO) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.10. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.11. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.12. Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso haja alguma certidão vencida na data do pagamento, não acarretando isso nenhum ônus para a contratante.

5.13. Poderá haver reajuste de preços nas hipóteses, expressamente, previstas no Art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma a manter e assegurar o equilíbrio econômico financeiro do contrato ou instrumento equivalente a ser celebrado, em consonância com os termos e condições.

5.14. Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

5.15. As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas na Imprensa Oficial.

5.16. Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

5.17. Nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, as partes reconhecem o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que ocorrerem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda por força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que onerem excessivamente uma das partes.

6. CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

6.1. A presente contratação deverá observar o regime de fornecimento parcelado, com entrega direta nas escolas ou amoxarifados da Secretaria de Educação.

6.2. Prazo de atendimento: a entrega dos itens deverá ocorrer **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos** após o recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESPESA

7.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária vigente na Lei Orçamentária Anual:

8. CLÁUSULA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCO

8.1. Em atendimento ao disposto no art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, as partes pactuam a Matriz de Riscos constante do **Anexo III do Estudo Técnico Preliminar**, que integra o presente instrumento para todos os fins de direito.

8.2. A Matriz de Riscos define, de forma objetiva, as responsabilidades de cada parte com relação aos eventos supervenientes e imprevisíveis, bem como aos riscos previsíveis com impactos incertos, incluindo, mas não se limitando a:

- I – Fornecedor não entrega os produtos no prazo estipulado;
- II – Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas;
- III - Ausência de disponibilidade orçamentária para empenho de novas ordens de compra;
- IV – Greves, bloqueios ou eventos externos que afetem a logística;
- V – Armazenamento inadequado nas unidades requisitantes;
- VI – Fraude ou falsificação em atestados de capacidade técnica;
- V - Aumento atípico na demanda de gêneros alimentícios;

8.3. A ocorrência de eventos não atribuídos exclusivamente a uma das partes ensejará a renegociação contratual, nos termos dos arts. 124 a 128 da Lei nº 14.133/2021, observada a equação econômico-financeira original.

8.4. A Matriz de Riscos poderá ser revisada por acordo entre as partes, mediante justificativa técnica e formal, com a devida instrução processual e aprovação da autoridade competente.

9. CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 92, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, é assegurado à CONTRATADA o direito à repactuação dos valores contratuais, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicial, quando comprovada a variação efetiva dos custos, especialmente em contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

9.2. A repactuação poderá ser solicitada a partir do transcurso de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta ou do orçamento a ela vinculado.

9.3. A solicitação deverá ser formalmente instruída com planilha de custos atualizada, documentos comprobatórios das variações e justificativas técnicas, conforme regulamento próprio e normas pertinentes.

9.4. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, para análise e manifestação quanto ao pedido de repactuação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. A parte prejudicada deverá comunicar formalmente o fato gerador do desequilíbrio no prazo de até 10 (dez) dias úteis após sua ciência, instruindo o pedido com documentação comprobatória e estimativa do impacto econômico.

10.2. A recomposição poderá ser feita por meio de revisão dos valores, prorrogação de prazos ou outra forma de compensação que assegure o restabelecimento da equação econômico-financeira original do contrato.

10.3. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, para análise e manifestação quanto ao pedido de reequilíbrio, termos do procedimento previsto nos arts. 124 a 128 da Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO

11.1. Em observância ao disposto no art. 92, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA garante o perfeito funcionamento, qualidade e adequação do objeto contratado pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto pela Administração.

11.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA se compromete a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e risco, no total ou em parte, o objeto executado ou fornecido, conforme exigido pela Administração, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da notificação formal.

11.3. A responsabilidade da CONTRATADA durante o prazo de garantia abrange todos os custos com mão de obra, materiais, transporte e quaisquer outras despesas necessárias à plena recomposição do objeto aos padrões exigidos contratualmente.

11.4. O não cumprimento da obrigação de garantia no prazo estipulado ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato, sem prejuízo da execução da garantia contratual eventualmente prestada.

11.5. Findo o prazo da garantia mínima, as responsabilidades da CONTRATADA cessarão, salvo nos casos de vícios ocultos ou dolo comprovado, cuja responsabilização seguirá os prazos definidos na legislação civil aplicável.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o *inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021*.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12 1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12 1, de 5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12 1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12 1, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12 1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

a) Módulos inoperantes por mais de 30 dias por falha ou falta de correção técnica;

b) Deixar de atender os chamados nos prazos estipulados no Termo de Referência – Anexo I do Pregão Eletrônico que originou este instrumento;

c) Não responder os questionamentos feito pelo Contratante em ocorrências pertinentes ao sistema.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas

Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. São obrigações do Contratante:

13.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

13.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Pregão Eletrônico que originou este instrumento;

13.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

13.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato em decorrência de eventuais infrações e descumprimentos cometidos;

13.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

13.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

14.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, para execução dos serviços a fim de garantir que a qualidade e tecnologia atenderão às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

14.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais e tecnologia empregados;

14.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

14.7. Quando não for possível a verificação da regularidade documental, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

14.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos.

14.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança da contratação.

14.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

14.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

14.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

14.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.5. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.6. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.7. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

16.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.2.1.3. Indenizações e multas.

16.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro

ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (se o município já estiver cadastrado), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da prefeitura na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA – FORO

20.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Primavera/PA, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

«CIDADE» - «UF_MUNICIPIO», em ____ de _____ de ____.



CONTRATANTE

CONTRATADA(O)

TESTEMUNHA

1ª _____ - CPF: _____

2ª _____ - CPF: _____